

# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 1 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-864-9 DOI 10.22533/at.ed.649192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, no Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

O Volume 2, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

O Volume 3, são 29 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

Fechando esta edição, no Volume 4 trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

# SUMÁRIO

## EDUCAÇÃO INFANTIL

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA DE TRABALHO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ARACAJU	
Lavinia Vieira Dias Cardoso Laura Verena Correia Alves Mariane dos Santos Ferreira Lorena Lima dos Santos Cardoso Silviane dos Santos Rocha Nunes Grasiela Pereira Ferreira Nuala Catalina Santos Habib Jéssica Gleice do Nascimento Gois Gabriela Nascimento dos Santos Claudia Sordi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6491923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
A GESTÃO ESCOLAR E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	
Jéssica Dombrowski Juliane Marschall Morgenstern	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6491923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
AS INTERFACES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NUMA ESCOLA PÚBLICA DE BRAGANÇA, PARÁ	
Irani de Almeida Farias Francisco Pereira de Oliveira Raul da Silveira Santos Juliana Patrizia Saldanha de Souza Neidivaldo Santana Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6491923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
COM-POR EM JOGO: EXPERIÊNCIAS DE UMA PROFESSORA-PERFORMER NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Roberta Liz de Queiroz Sousa de Deus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6491923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>44</b>
DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS PREMATUROS: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL	
Elza Francisca Corrêa Cunha Margarida Maria Silveira Britto de Carvalho Stella Rabello Kappler	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6491923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Adenir Vendrame Célia Danelichen	

Mariza Aparecida Bail

DOI 10.22533/at.ed.6491923126

**CAPÍTULO 7 ..... 64**

“HISTÓRIAS DE UM DICIONÁRIO MALUCO NO JARDIM DE INFÂNCIA”

Maria Filipa Ferreira Borges de Azevedo

Paulo Manuel Miranda Faria

Altina da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6491923127

**CAPÍTULO 8 ..... 78**

INFÂNCIA: CORPO E APRENDIZAGEM

Silvano Severino Dias

DOI 10.22533/at.ed.6491923128

**CAPÍTULO 9 ..... 87**

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (IM)POSSIBILIDADES DE AUTORIA DOCENTE

Rosely Santos de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.6491923129

**CAPÍTULO 10 ..... 97**

REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: A VISÃO DOS PAIS DE ALUNOS DE UM CEIM EM SÃO MATEUS, ES

Juscilene Andrade de Oliveira Bittencourt

DOI 10.22533/at.ed.64919231210

**ENSINO MÉDIO**

**CAPÍTULO 11 ..... 111**

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: A EVASÃO ESCOLAR E ENSINO TÉCNICO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Suzane Rodrigues da Silva

DOI 10.22533/at.ed.64919231211

**CAPÍTULO 12 ..... 121**

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017: FINANCIAMENTO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Renato de Menezes Quintino

Silvia Elena de Lima

Sueli Soares do Santos Batista

DOI 10.22533/at.ed.64919231212

**CAPÍTULO 13 ..... 133**

EFETIVIDADE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD) NA INIBIÇÃO DO USO DE DROGAS ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

João Maurício de Souza Netto

Vilson Leonel

DOI 10.22533/at.ed.64919231213

**CAPÍTULO 14 ..... 148**

ESTATÍSTICA NO ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM POR MEIO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A RESPEITO DA DENGUE

Luí Fellippe da Silva Bellincantta Mollossi  
Pamela Paola Leonardo

**DOI 10.22533/at.ed.64919231214**

**CAPÍTULO 15 ..... 157**

O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PECULIARIDADES DE UMA EFA NA CONCEPÇÃO DOS MONITORES

Aleilde Santos Araujo  
Davi de Souza Silva

**DOI 10.22533/at.ed.64919231215**

**CAPÍTULO 16 ..... 169**

O ENSINO DE CIÊNCIAS NO MÉDIO MEARIM: MOMENTO DE (RE) CONSTRUIR

Francisco Nunes Ferraz Filho  
Leiliane da Silva Mesquita  
Carolina Pereira Aranha

**DOI 10.22533/at.ed.64919231216**

**CAPÍTULO 17 ..... 187**

PERCEPÇÃO DO ALUNO DO 9º ANO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA APÓS A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Cristiane Martins Viegas de Oliveira  
Thiago Teixeira Pereira  
Diego Bezerra de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.64919231217**

## **EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**CAPÍTULO 18 ..... 198**

A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR

Cristiane Aparecida da Rosa Rossi

**DOI 10.22533/at.ed.64919231218**

**CAPÍTULO 19 ..... 207**

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE

Gilcéia Damasceno de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.64919231219**

**CAPÍTULO 20 ..... 219**

ADAPTAÇÃO DOS PRIMEIROANISTAS À UNIVERSIDADE

Cassandra Catarina Gonçalves Mineiro

**DOI 10.22533/at.ed.64919231220**

**CAPÍTULO 21 ..... 233**

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA A LUZ DA UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

Vialana Ester Salatino  
Andréia Morés

**CAPÍTULO 22 ..... 246**

ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO MEDIADA POR TECNOLOGIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

[Luiz Clebson de Oliveira Silvano](#)

[Adriana Lúcia Leal da Silva](#)

[Greicy Oliveira Nascimento](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231222

**CAPÍTULO 23 ..... 256**

LAS ALTAS CAPACIDADES INTELECTUALES EN ESPAÑA: ESTADO DE LA CUESTIÓN

[Ramón García-Perales](#)

[Ascensión Palomares Ruiz](#)

[Antonio Cebrián Martínez](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231223

**CAPÍTULO 24 ..... 270**

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E SUA APLICAÇÃO NUM PROJETO DE MESTRADO NA COSTA AMAZÔNICA BRASILEIRA: MÉTODO E CONCEPÇÕES DE ANÁLISES

[João Plínio Ferreira de Quadros](#)

[Elder José dos Santos Silva](#)

[Raul da Silveira Santos](#)

[Francisco Pereira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231224

**CAPÍTULO 25 ..... 283**

METODOLOGIAS ATIVAS: MÉTODOS E OBJETIVOS DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

[Renata dos Anjos Melo](#)

[Maria Luísa Bissoto](#)

[Fernando Jeronimo Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231225

**CAPÍTULO 26 ..... 292**

O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA EXPANSÃO FORÇADA

[Dalmo Dantas Gouveia](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231226

**CAPÍTULO 27 ..... 302**

REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA DE ENSINO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNEMAT/BARRA DO BUGRES/MT

[Regiane Cristina Custódio](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231227

**CAPÍTULO 28 ..... 310**

TRABALHO DOCENTE: PERSPECTIVAS, CONCEPÇÕES E EPISTEMOLOGIA DA PRÁXIS

[Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231228

## AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>324</b>
A TUTORIA NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA UFRGS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO E INTERAÇÃO ENTRE TUTORES E ALUNOS	
Tais Barbosa Rosane Aragón Franciele Franceschini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64919231229</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>337</b>
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) BASEADO EM HIPERMÍDIA EDUCATIVA PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO NOS PROCESSOS FORMATIVOS	
Ruben Dario Montoya Nanclares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64919231230</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>348</b>
CURSOS DE NUTRIÇÃO NO BRASIL: VAGAS, PERMANÊNCIA E MODALIDADE EAD	
Karen Hofmann de Oliveira Clevi Elena Rapkiewicz Vanuska Lima da Silva Divair Doneda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64919231231</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>360</b>
O PROFESSOR ENQUANTO PROFISSIONAL ESPECIALISTA E REFLEXIVO: DESAFIOS E IMPASSES PARA SE CONSTITUIR COMO DOCENTE NA ERA DIGITAL	
Mauricio dos Reis Brasão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64919231232</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>373</b>
TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS: POTENCIALIDADE E SUJEIÇÃO	
Marcelo Micke Doti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64919231233</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>381</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>382</b>

## A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: A EVASÃO ESCOLAR E ENSINO TÉCNICO NO CONTEXTO BRASILEIRO

*Data de aceite: 02/12/2018*

**Suzane Rodrigues da Silva**

Universidade Federal do Maranhão

São Luís- Maranhão

**RESUMO:** Este artigo divide-se em 3 partes, na primeira apresenta-se algumas notas introdutórias a cerca da temática debatida nesse espaço, na segunda parte aprofunda-se a discussão sobre o contexto em que foi aprovada a reforma do Ensino Médio e seus rebatimentos sobre a educação técnica, bem como sobre a evasão escolar e, na terceira foi possível se concluir dentre outras coisas, que os problemas que o Brasil têm enfrentado no campo educacional decorre, dentre outros fatores, da perpetuação da forma de Estado neoliberal que se volta muito mais ao atendimento das demandas capitalistas em detrimento da classe-que-vive-do- trabalho. Isto posto, este trabalho sustenta os seguintes questionamentos: O que tem determinado as reformas implementadas no ensino médio ao longo dos anos? Quais os rebatimentos da reforma do Ensino Médio para a diminuição da evasão escolar e para a educação profissional? Quais os desafios que ainda precisam ser superados pela Educação

Básica no Brasil? Vale destacar que este trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica onde se utilizou de autores como (BALD, 2018); (SILVA, 2013); (FERRETTI, 2018) e (GRABOWSKI, 2017), as informações foram coletadas em sites censitários, bem como em livros, revistas e outros documentos correspondentes à natureza das fontes escolhidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma do Ensino Médio. Evasão Escolar. Ensino Técnico.

### THE REFORM OF HIGH SCHOOL: DROPOUT AND TECHNICAL EDUCATION IN THE BRAZILIAN CONTEXT

**ABSTRACT:** This article is divided into 3 parts, the first part introduces some introductory notes about the theme discussed in this space, in the second part it deepens the discussion about the context in which the reform of the Secondary School was approved and its refutations on the technical education, as well as on school evasion, and in the third it was possible to conclude among other things that the problems that Brazil has faced in the educational field stems, among other factors, from the perpetuation of the neoliberal state form that turns much more to the fulfillment of capitalist demands to the detriment of the working class. This post, this

work supports the following questions: What has determined the reforms implemented in high school over the years? What are the repercussions of the reform of High School for the reduction of school dropout and for professional education? What challenges still need to be overcome by Basic Education in Brazil? It is worth mentioning that this work is a bibliographical research using authors such as (BALD, 2018); (SILVA, 2013); (UNDIME, 2016); (FERRETTI, 2018) and (GRABOWSKI, 2017), the information was collected in census sites, as well as in books, magazines and other documents corresponding to the nature of the chosen sources.

**KEYWORDS:** High School Reform. School Evasion. Technical education.

## 1 | INTRODUÇÃO

Apesar da reforma do Ensino Médio aprovada em 2017 ter se desdobrado em vários aspectos relativos à Educação Básica, esse artigo se deterá as questões relativas à evasão escolar, níveis de rendimento da modalidade educacional aqui abordada e das mudanças efetivadas no ensino técnico e profissionalizante.

Todavia para se pensar tais questões é importante levar em conta o contexto em que tal reforma foi aprovada, a saber, um contexto marcado pela ascensão do ultra liberalismo ao poder, pela destruição dos direitos sociais e, pelo fortalecimento do mercado tendo em vista aumentar a lucratividade obtida pelo capital no Brasil.

Some-se a isso a adoção de medidas de austeridades que requereram a diminuição dos programas sociais, bem como da desvinculação constitucional de investimentos ínfimos destinados à educação, que aprofundou as desigualdades existentes no acesso a política educacional e seus respectivos programas. Foi nesse cenário que ocorreu a aprovação do novo modelo de Ensino Médio que prevê uma série de mudanças na grade curricular e carga horária de ensino, além de ser perpassado por um aglomerado de vozes que criticam e apoiam tal medida (CLETO, 2016).

Sabe-se que a política de educação é determinada socialmente, todavia esta possui a potencialidade de criar condições que viabilizam transformações estruturais em um determinado contexto societário. Daí porque as reformas feitas na política de educação ao longo dos anos devem ser entendidas como uma singularidade dentro de uma totalidade maior, compreendendo o conjunto das sucessivas transformações efetivadas nas últimas décadas no bojo do Modo de Produção Capitalista (MPC).

## 2 | A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO TÉCNICA E DA EVASÃO ESCOLAR

Em setembro de 2016 tendo em vista resolver algumas problemáticas relativas ao Ensino Médio, foi encaminhado ao congresso uma série de diretrizes na forma de Medida Provisória (MP) nº 746, para que se pudesse reestruturar toda a base da última etapa da Educação Básica. Nesse contexto, a MP em referência teve um prazo de 120 dias para que fosse aprovada, pois do contrário deixaria de ser válida (FRAJADO, 2017). Durante a sua tramitação ela foi alvo de muitas críticas em todo o Brasil, tais críticas giravam em torno das possibilidades de escolha que entre os diferentes itinerários de formação, das condições de oferta dos mesmos e, de seus respectivos rebatimentos para discentes e docentes inseridos nesse processo (SERRÃO, 2016).

Tendo passado esse período, em fevereiro de 2017, a MP nº 476/2016 virou lei nº 13.415/2017 sendo aprovada pelo ex-presidente da República Michel Temer. A partir de então, a reforma do Ensino Médio pôde gozar de concreticidade e a sua implementação se deu a contar no ano subsequente (BALD, 2017).

A reforma em referência divide a matriz curricular do Ensino Médio em uma parte comum a todos os alunos com carga horária que pode ir de 1.200 a 1.800 horas para instituições que tenham condições de implantarem o regime de ensino integral, e a outra parte é composta por itinerários formativos,

[...] que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional [...] (BRASIL, 2017, p.2).

De acordo com o governo federal a reforma do Ensino Médio passou a ser prioridade, devido às dificuldades apresentadas pelos alunos em alcançar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Ensino (PNE), nesse sentido o governo pretendeu com a reforma em questão, implantar melhorias nessa etapa da Educação Básica, visando dentre outras coisas a diminuição da taxa de evasão escolar, a minimização do grande índice de reprovação devido à baixa atratividade da modalidade de ensino em referência e a elevação do rendimento dos alunos.

Em relação a tal rendimento, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apontou as médias alcançadas pelos educandos, nas avaliações efetivadas nos últimos anos:

IDEB	2013	2015	2017	2019	2021
Metas estabelecidas	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
Metas alcançadas	3.7	3.7	3.8	-	-

Tabela 1- Resultados e Metas do IDEB. Brasil 2015-2021

Fonte: (IDEB, 2018). Elaboração Própria.

\* No período de construção dessa pesquisa ainda não se tinha acesso às metas alcançadas em 2019.

Os dados da tabela 1 demonstram que entre 2013 e 2017 o rendimento apresentado pelos alunos matriculados no Ensino Médio praticamente estagnou, todavia esse baixo desempenho- na visão do governo federal- se deu por conta da carga horária excessiva de disciplinas- totalizando 13 disciplinas- que acabava desmotivando os alunos a alcançarem bons resultados nas avaliações efetivadas.

Nesse sentido, os dados supracitados foram utilizados pelo governo federal, para justificar a urgência de se implementar avanços no sistema de ensino público, especificamente na última etapa da Educação Básica, porém a maneira como o governo conduziu tal processo acabou atropelando o projeto de lei que já estava tramitando no congresso desde 2013 e, que também buscava caminhos para implantar melhorias no Ensino Médio. Tal projeto contava com contribuições de equipes de trabalhos criadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), porém a MP nº746 mudou todo o projeto de lei anterior ao impor novas regras, sem nenhum diálogo com a sociedade civil ou legislativo, motivo pelo qual foi alvo de muitas críticas (KASEKER; SANSON, 2017).

Isto posto, o autoritarismo foi um aspecto que envolveu a legislação aqui debatida desde quando ainda era uma MP até a sua implementação na forma de lei, o que deu origem a vários protestos e ocupações de inúmeras escolas por parte de alunos, professores e outros sujeitos que não concordavam com o conteúdo que constituía o instrumento normativo em referência. Nesse contexto, vários especialistas em educação expressaram as suas insatisfações sobre diversos pontos que a constituía.

O professor Gabriel Grabowski em um texto publicado na revista *extraclasse* afirmou que a reforma em referência via MP, apenas reafirma os acordos que o governo brasileiro tem estabelecido com o mercado ao longo dos anos, acordos esses dirigidos pela ideologia neoliberal que impõe aos jovens o imperativo de pensar e optar pela educação profissional de forma precoce, tal qual se fez na ditadura militar na década de 1970. Contudo, quando se compara o Brasil e os países que compõe a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que apresentam níveis de desenvolvimento maiores do que os apresentados pelo

Estado brasileiro, pode-se constatar que esses fazem um caminho contrário ao do Brasil: os jovens optam por sua profissão depois de terem concluído 3 anos no Ensino Superior e, na maioria dos casos eles só entram no mercado de trabalho após os 20 anos de idade (GRABOWSKI, 2017).

Endossando as críticas a reforma em referência, sabe-se que os principais sujeitos afetados por ela foram excluídos do processo de sua concepção e implementação, o que reflete a fragilidade existente entre os processos econômicos e políticos, e a abertura existente para a participação social. A exclusão no campo educativo é um dos fatores que tem contribuído preponderantemente com o aprofundamento do índice de evasão escolar, que corresponde a um dos problemas históricos ainda não solucionado pelo Estado brasileiro.

Embora ainda não se tenha nenhum sistema efetivo para se medir com exatidão a taxa de evasão escolar no Brasil, alguns dados têm apontado indiretamente o seu aumento nos últimos anos. Tal informação foi utilizada pelo governo federal como uma das justificativas, para a implementação da reforma em referência via Medida Provisória (FERRETTI, 2018).

A figura 1 mostra o gráfico que aponta dados sobre o número de alunos que permaneceram matriculados nas três séries do Ensino Médio entre 2013 e 2018, neste foi possível se observar que a taxa de alunos que permaneceram matriculados entre 2013 e 2018 na primeira série do Ensino Médio diminuiu de 32,6% para 31,6%, na segunda série essa taxa foi de 30,5% para 30%, e a terceira série apresentou um índice 29,8 e 29,1% respectivamente. A partir destes dados é possível se perceber indiretamente que a taxa de evasão/reprovação escolar aumentou significativamente ao longo dos anos:



Figura 1- Gráfico da média de alunos matriculados por série no Ensino Médio. 2013- 2018.

Fonte: (INEP/MEC, 2018). Elaboração própria.

Diante de tal realidade o governo propôs como saída fornecer o direito de escolha aos estudantes, sobre o campo de estudo mais adequado aos seus

interesses, todavia tal liberdade de escolha foi questionada por muitos especialistas na área da educação, que afirmaram que quem de fato vai escolher os itinerários ofertados são os sistemas de ensino e, os estudantes em situação de pobreza/ extrema pobreza, que representam a maioria dos educandos que compõe as escolas públicas da Educação Básica, no geral vão cursar os itinerários que as suas escolas oferecerem, na qual possivelmente estará incluso o profissionalizante (MOTA, 2019).

Em relação à educação profissional o decreto nº 2208/1997 afirmava que os alunos matriculados no Ensino Médio a partir da segunda série, poderiam se matricular em cursos técnicos ou profissionalizantes ofertados por unidades de ensino público ou privado, assim esses continuariam frequentando o Ensino Médio até a sua última série e paralelamente um curso que viabilizasse uma formação profissional, constituindo assim uma formação concomitante (FERRETTI, 2018).

Na lei 13415/2017 essa realidade se altera, uma vez que a formação profissional se tornou um itinerário formativo e a formação geral se concentra no início do curso via Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vale destacar a inexistência de recomendações específicas que sistematizem a integração dos componentes da formação geral e o conteúdo que constitui a BNCC (BRASIL, 2017).

Além disso, a lei supracitada no artigo 4º § 3 deixa aberta a questão da integração, ao afirmar que a integração entre os itinerários formativos, conteúdos da BNCC e a formação integral ficará a critério dos sistemas de ensinos (BRASIL, 2017).

Essa abertura traz tanto a possibilidade de se ofertar uma forma integrada de educação técnica de nível médio da forma como está estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) atualmente, como a possibilidade de sua oferta precária, pois a não obrigatoriedade de se efetivar integralmente o que legislação em referência propõe, concede liberdade aos Conselhos de Educação Estaduais para que eles interpretem e decidam de acordo com as suas visões de mundo e condições materiais, a possibilidade de implantar integralmente ou não os itinerários estabelecidos na lei 13415/2017, o que inclui a educação técnica e profissional (FERRETTI, 2018).

Vale destacar, que a oferta da educação profissional pode se dá via convênios/ parcerias com instituições de ensino à distância, bem como com entidades de ensino que gozem de amplo reconhecimento em uma determinada área do saber desde que comprovem:

[...] I- demonstração prática, II- experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; III- atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; IV- cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; V- estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; VI- cursos realizados por meio

de educação à distância ou educação presencial mediada por tecnologias [...] (BRASIL, 2017, p.2).

A abertura legal da possibilidade de se estabelecer parcerias com instituições públicas e/ou privadas denota o reconhecimento por parte do Estado das fragilidades materiais existentes nas escolas públicas do país, seja em termo de recursos financeiros, de estrutura material, bem como da qualidade e quantidade de recursos humanos. Contudo, esse reconhecimento não tem levado ao fortalecimento da dimensão pública e universal inerente as políticas sociais estatais, mas ao esvaziamento das mesmas, à medida que a ideia do Estado em crise incapaz de executar políticas universais se solidifica e, paralelamente se investem em parcerias público-privado que por sua vez focalizam os serviços sociais públicos que se direcionam aos segmentos sociais que vivenciam extrema vulnerabilidade social.

Observa-se que tal movimento também se faz presente na lógica dos Organismos Internacionais como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que em 2011 emitiu um relatório por nome “Estratégias 2020 para a Educação- Aprendizagem para todos”, por meio desse documento a coordenação geral do BIRD reafirmou que o segmento social privilegiado no íntere da política de educação até a década supracitada são os extremamente pobres, tendo em vista o desenvolvimento de ações que ofertem a eles maiores oportunidades de crescimento no mundo do trabalho (BIRD, 2011).

Essa focalização e redução dos gastos para com a educação corrobora com o movimento de redução com os gastos públicos assinalados pela Proposta de Emenda Constitucional nº55 de 2016 que congela os gastos públicos por 20 anos, embora a discussão sobre os rebatimentos de tal emenda sobre a educação seja digna de uma discussão mais profunda, sabe-se que tal congelamento tem como um dos seus objetivos a superação da crise econômica que o Brasil se encontra, porém a forma como se está fazendo isso via aprovação da EC nº95/2016 precariza não somente a política educacional, mas todas as políticas que constituem a Seguridade Social.

Cabe ainda considerar outro aspecto referente à educação técnica profissional, esse se direciona ao artigo 6º da lei 13415/2017, esse artigo altera o artigo 61 da lei 9394/1996 ao aceitar como professores do itinerário educação técnica profissional:

[...] profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado [...] (BRASIL, 2017, p.2).

A expressão notório saber não é objetiva e simples, muito menos a certificação dos profissionais que se enquadram nessa expressão, cujo nível de competência para ser educador passa a ser medido pelo seu desempenho em determinados

espaços empresariais e pelo exercício do magistério. Vale destacar, que na legislação em referência o notório saber não possui a licenciatura como pré-requisito para a certificação, nesse sentido o título é o único elemento que pode viabilizar uma maior margem de segurança para se avaliar o notório saber de tais profissionais, mesmo que a qualidade de tal titulação varie de uma instituição para outra (FERRETTI, 2018).

Sabe-se que o fato de se possuir uma formação em uma determinada área do saber não transforma por si só um sujeito em um bom educador. Esse fato foi reconhecido no íntere da educação profissional na década de 1970 e, isso levou a proposição de cursos de licenciatura ou que viabilizassem um complemento pedagógico. Se a licenciatura é um pré-requisito para lecionar na Educação Básica, questiona-se porque ela não o é na educação profissional e técnica e, quem atestará a qualidade do notório saber dos candidatos a professores dos itinerários de formação técnica e profissional (FERRETTI, 2018).

Dessa forma, grandes são os desafios que se desenham no campo educacional, sendo necessário pensar em saídas e se gozar de condições para superá-los, tendo em vista de fato operacionalizar um Ensino Médio que prepare o educando para a vida e para o trabalho.

### 3 | CONCLUSÃO

Neste artigo se pretendeu trazer algumas considerações sobre a MP n°746 e a lei n° 13415/2017, e seus respectivos rebatimentos sobre a política educacional brasileira, assim cabe destacar que tais instrumentos normativos são frutos do fortalecimento de uma classe social que considera a política neoliberal e seus respectivos princípios totalmente adequados para assegurar a sua dominação hegemônica.

Contudo, as saídas apontadas pela classe que se encontra no poder, para a melhoria da educação pública gestada no Ensino Médio não contribui com a erradicação de expressões da questão social, como a evasão escolar, onde as saídas para tal problemática se restringem á mudanças curriculares, sendo essa uma solução de caráter parcial.

Além disso, acreditar que uma reforma via Medida Provisória dará conta de eliminar tal problemática, consiste em um enorme engodo, pois se sabe que a escolha dos educandos em relação aos itinerários que irão compor a sua formação, nem sempre se dará de acordo com os seus interesses, tal qual apregoava o Ministério da Educação (MEC) em suas propagandas, por isso a atual configuração do Ensino Médio apresenta potencial significativo de aprofundamento e/ou perpetuação dos índices de evasão escolar.

Em relação ao ensino técnico uma das principais preocupações é saber se a ampliação desse itinerário será acompanhada de mudanças nas estruturas das escolas públicas, uma vez que o atual cenário se embasa na redução dos recursos para a educação e, tal movimento não contribui com a melhoria do espaço físico das escolas e nem da carreira e remuneração dos docentes que trabalham nessa etapa de ensino.

Nesse sentido, a precária realidade na qual a Educação Básica se insere aponta para a necessidade de mudanças no Ensino Médio, porém a forma como tais mudanças tem se gestado expressam a primazia que a classe dominante possuía e ainda possui na atual conjuntura, ao conseguir afastar o Estado de suas responsabilidades constitucionais para com o social. Assim, os problemas do Brasil correspondem, dentre outras coisas, a perpetuação da forma de Estado neoliberal que se volta muito mais ao atendimento das demandas capitalistas em detrimento da classe-que-vive-do- trabalho.

## REFERÊNCIA

BALD, Volnei André. **Reforma do Ensino Médio**: resgate histórico e análise de posicionamentos a respeito da Lei nº 13.415/17 por meio de revisão de literatura. 2017. Artigo (Especialização) –Curso de Docência na Educação Profissional, Universidade do Vale do Taquari -Univates, Lajeado, 09 set. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1868>>. Acesso em: 24 de abr. 2018.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD). **Estratégia 2020 para a Educação**: Aprendizagem para Todos. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial, 2011.

BRASIL. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 16 de fevereiro de 2017.

CLETO, Murilo. O triunfo da antipolítica. In: JINKINGS, I. et al. (orgs.). **Porque gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.32, n.93, p. 25/42, 2018.

\_\_\_\_\_. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. **HOLOS**. São Paulo, v. 04, Ano 34, 2018.

FRAJARDO, Vanessa. **Entenda a reforma do ensino médio**. G1. Rio de Janeiro, 15 mar. 2017. Disponível em:<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

GRABOWSKI, Gabriel. **Quem conhece a reforma do ensino médio, a reprova**. Revista Extraclasse do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, Exclusivo WEB, [S.I.], fev.2017. Disponível em:<<http://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2017/02/quem-conhece-a-reforma-do-ensino-medio-a-reprova>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

IDEB/INEP- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados e Metas**, 2018. Disponível em:< <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em 18/03/2019.

INEP/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores educacionais**. Indicadores educacionais, 2017. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>. Acesso em 13/07/2017.

KASEKER, Raquel Coutinho; SANSON, Norma Suely. Medida provisória 746/2016 e seu impacto no Ensino Médio em busca de uma educação de qualidade. Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, IV, ;Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente - SIPD/CÁTEDRA UNESCO, VI. 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2017. Disponível em:< [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23649\\_13233.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23649_13233.pdf)>. Acesso em 11/04/2019.

MOTA, Beatriz. **‘O objetivo da reforma do ensino médio é reproduzir a exclusão social’**. Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, 2019. Disponível:< <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-objetivo-da-reforma-do-ensino-medio-e-reproduzir-a-exclusao-social>>. Disponível em 14/04/2019.

SERRÃO, Patrícia. **Entenda o que diz a proposta de Reforma do Ensino Médio**. EBC. Brasil. [S.l.], 19 out. 2016. Disponível em:<<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/10/entenda-reforma-do-ensino-medio>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

SILVA, Wander Augusto. **Fatores de permanência e evasão no Programa de Educação Profissional de Minas Gerais (PEP/MG): 2007 a 2010**. 216 f. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME** - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação Pedagógica 20, 22, 40, 282, 333, 370

Adaptação 6, 127, 166, 176, 219, 220, 221, 222, 224, 230, 231, 249, 300

Aprendizagem 2, 3, 4, 5, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 31, 36, 37, 43, 46, 49, 54, 66, 68, 70, 76, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 99, 100, 102, 105, 109, 110, 117, 119, 155, 163, 171, 179, 180, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 224, 225, 226, 229, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 307, 308, 312, 313, 315, 316, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 336, 337, 338, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 350, 352, 356, 361, 362, 364, 368, 371

Avaliação 4, 8, 14, 44, 46, 49, 50, 51, 55, 62, 126, 130, 139, 140, 180, 203, 206, 213, 214, 219, 224, 226, 227, 231, 232, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 268, 269, 291, 295, 301, 312, 319, 331, 335, 349, 350, 352, 355, 381

### C

Campos de Experiências 87, 88, 89, 90, 92

Consciência Fonológica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

Corpo 25, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 100, 159, 167, 182, 189, 190, 195, 306, 351, 376

Crianças 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 69, 70, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 124, 134, 160, 165, 181, 320, 362, 369, 371

### D

Desenvolvimento 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 13, 17, 21, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 105, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 119, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 139, 149, 150, 158, 160, 163, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 176, 178, 179, 180, 188, 189, 198, 199, 201, 202, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 228, 229, 236, 240, 241, 242, 247, 248, 249, 253, 273, 283, 286, 290, 294, 310, 311, 312, 314, 315, 317, 320, 321, 324, 327, 328, 330, 334, 335, 338, 339, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 350, 351, 360, 366, 368, 371, 375

Desenvolvimento humano 97, 139, 164, 345

Desenvolvimento profissional docente 64, 66, 67, 68, 76

Didática 25, 28, 148, 149, 150, 151, 155, 168, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 244, 251, 292, 307, 308, 340, 362

Digital 64, 65, 68, 75, 76, 249, 250, 329, 336, 346, 360, 365, 373, 374, 375

Docência universitária 207, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218

Docente universitário 199, 207, 208, 209, 213

## E

Educação Física 35, 174, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 286  
Educação Infantil 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 63, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 108, 109, 110, 126, 134, 156, 181, 323, 326  
Educação Matemática 148, 156  
Educação Profissional e Tecnológica 121  
Ensino de Ciências 148, 149, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 180, 181, 182, 184, 185, 186  
Ensino de Estatística 148, 150, 155  
Ensino Médio 14, 23, 100, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 140, 143, 148, 149, 150, 151, 156, 173, 175, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 221, 230, 291, 295, 297, 298, 299  
Ensino superior 24, 115, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 232, 233, 235, 243, 244, 246, 248, 284, 286, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 305, 308, 326, 350, 355  
Ensino Técnico 111, 112, 119, 121, 126  
Escola Família Agrícola 157, 158, 168  
Escola Pública 1, 20, 32, 33, 43, 140, 149, 151, 177, 322, 372  
Escolas públicas 21, 22, 116, 117, 119, 131, 134, 135, 136, 169, 170, 171, 172, 298, 326  
Estudantes primeiroanistas 219, 221, 231  
Evasão Escolar 111, 112, 113, 115, 118, 127

## F

Família 1, 14, 17, 18, 22, 30, 31, 46, 57, 61, 62, 75, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 110, 133, 139, 144, 152, 157, 158, 160, 164, 168, 230, 295  
Finanças 52, 54, 56  
Fonoaudiologia 1, 2, 5, 7, 8, 50  
Formação profissional 64, 65, 68, 116, 123, 130, 160, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 217, 290, 318, 361, 368

## G

Gestão escolar 9, 10, 11, 12, 16, 18, 32, 326

## I

Infância 2, 12, 22, 23, 24, 33, 35, 40, 52, 54, 64, 65, 69, 70, 74, 78, 79, 82, 84, 86, 94, 97, 99, 126, 134, 156, 162, 177  
Intus Forma 52, 53, 55, 63

## J

Jogo 6, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 95, 190, 377, 379

## L

Leitura 3, 4, 5, 7, 8, 64, 68, 69, 87, 88, 101, 102, 174, 175, 211, 303, 311, 317, 321, 329, 356, 364, 370

## M

Médio Mearim-MA 169

Mercantilização da educação 121, 127, 130, 131, 132, 311

## O

Oralidade 62, 64, 69

## P

Percepção 2, 60, 61, 78, 81, 84, 85, 86, 139, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 224, 225, 230, 252, 282, 314, 374

Pio XII-MA 157, 158, 159, 160, 168, 172, 177

Política educacional 17, 112, 117, 118, 121, 124, 132

Políticas educacionais 9, 95, 125, 126, 129, 130, 132, 318

Práticas Educativas 9, 198, 328, 330, 338, 339

Práticas Pedagógicas 21, 23, 26, 69, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 224, 243, 290, 303, 306, 333, 334, 345, 346, 355, 366

Prematuro 44, 45

Professores de Educação Infantil 87

Professor-performer 34, 39, 41

## R

Reforma do Ensino Médio 111, 113, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 187, 188, 189, 192

Reformas educacionais 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 312

Representações 120, 155, 219, 221, 224, 225, 227, 230, 231, 232

## S

São Roberto-MA 169, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 181, 182, 184, 185

Satubinha-MA 169, 170, 171, 172, 173, 178, 179, 180, 181, 182, 185

Sequência Didática 148, 149, 150, 151, 155

## V

Vocabulário 3, 4, 64

